

Profissão (jornalismo)

Arquive-se - como de praxe

Se os jornalistas que subscrevem a chamada *Carta de Brasília* tratarem as informações que fazem chegar ao público com a mesma irresponsabilidade e falta de respeito à verdade, será preciso proceder urgentemente a ampla revisão dos quadros funcionais das empresas, tendo em vista o dever patriótico de garantir à sociedade o direito de ser bem informada. Afirmar, como fazem eles, que a luta em favor da não regulamentação da profissão de jornalista nos moldes corporativistas estabelecidos pelo autoritarismo militar tem por objetivo último "destruir... a organização sindical dos jornalistas e outros trabalhadores e suas conquistas" é simplesmente desinformar, para não dizer mentir.

Esse é um aspecto a ser assinalado a propósito das conclusões dessa reunião realizada em Brasília com o patrocínio de um banco oficial — uma repetição das reuniões "espontâneas" do Estado Novo? Outro é o tom exaltado, para não dizer alienado, de que se reveste a crítica à Comissão de Estudos Constitucionais: "Nós repudiamos, por não ser representativa da sociedade...". Ora, em momento algum o presidente José Sarney teve em mente fazer dessa Comissão, de algumas dezenas de membros, uma perfeita representação da sociedade brasileira; trata-se de uma comissão da Presidência da República, que produzirá documento a ser entregue à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a qual em seguida perguntará ao plenário o que fazer com ele. Há, a esse propósito, evidente má fé da parte dos autores desse esdrúxulo documento, a qual só se explica pelo desejo de que os resultados dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte sejam considerados antecipadamente ilegítimos. Desse ponto de vista, a Carta de Brasília volta-se contra os esforços para fazer do País uma democracia, ao dizer que a forma de convocação da Assembléia é "restritiva, antidemocrática e antipopular". Essa linguagem, traduzida na prática, leva ao assalto de bancos na Bahia.

Desceu a esse nível a Federação Nacional dos Jornalistas, que celebrou congresso sob as bênçãos do governo do Distrito Fe-

deral? Teriam os jornalistas se reunido em Brasília para indispor a opinião pública contra a Assembléia Nacional Constituinte, para repudiar o trabalho da Comissão Constitucional, só por esta dispor-se a examinar a proposta para a profissão de jornalista deixar de ser corporativa? Ou para dizer que os meios de comunicação devem ser controlados por "gente" como eles, que não sabem discernir as coisas e que, não podendo enxergar na luta contra a obrigatoriedade do diploma o dedo da CIA, dizem de maneira despuddorada que é a Sociedade Interamericana de Imprensa que está por detrás disso? Se é esse tipo de informação que os jornalistas reunidos em Brasília, falando pela "unanimidade" (?) da categoria, pretendem transmitir ao público, é melhor que deixem a profissão. Na Carta, só comunicaram falsidades e interpretações conscientemente distorcidas da realidade.

Na verdade, o que os jornalistas que acompanham a Federação desejam não é informar o público: é preservar antigos privilégios e ver se, denunciando todos a propósito de tudo, convencem os constituintes que serão eleitos por esse processo "restritivo, antidemocrático e antipopular" (através dos partidos políticos, note-se de passagem, até do PT e de suas dissidências, e dos dois PCs) a meter a ferros no novo texto constitucional essa esdrúxula idéia de um Conselho Nacional de Comunicação Social no qual se representam até as nações indígenas — seguramente porque lêem jornais e vêem TV. Porém, mais do que isso tudo — se é que possa existir *mais* do que a intenção de controlar, à maneira portuguesa de 1974, todos os meios de comunicação, de cujo conselho editorial participariam para confundir a opinião pública com seus despatérios — é a pretensão de que os meios de comunicação deixem de ser empresas de responsabilidade limitada, ou sociedades anônimas, e passem a ser fundações ou sociedades civis sem fins lucrativos.

Enquanto a imprensa norte-americana, toda ela fundada sobre a livre empresa, pode orgulhar-se de haver criado 13 mil empregos novos em 1985 — sem desconsiderar as inovações tecnológicas, que os

"brasilienses" também almejam controlar —, aqui no Brasil se pretende que os meios de comunicação se transformem em sociedades civis sem fins lucrativos, ou fundações. Qualquer organização nos moldes da que é proposta não terá condições de resistir às pressões do Executivo. Talvez seja esse o objetivo dos escribas reunidos em Brasília: jornais, rádios e televisões tão frágeis do ponto de vista empresarial que não poderão resistir às pressões de fora, combinadas com as orquestradas aqui dentro.

O que causa estranheza é a falta de memória dos que pretendem orientar a opinião pública — esquecem-se de que sistemas de organização da imprensa como os que ora reivindicam foram, em outros países, o primeiro passo para justificar o controle total do governo sobre os meios de comunicação. Quem garantirá que esse Conselho Nacional de Comunicação Social não chamará a si o encargo nobilíssimo de distribuir o papel de imprensa aos jornais que pautem sua conduta pela opinião do poderoso do dia? Quem garantirá que os "baianos" do PT não ocupem as redações e se disponham a delas expulsar, por manipulação do Conselho, os que não pensam como eles?

Por ter sofrido a censura do autoritarismo militar que estabeleceu a regulamentação da profissão que os escribas reunidos em Brasília defendem com unhas e dentes — pois não têm argumentos outros; por ter tido edições apreendidas porque o censor de turno não concordava com nossa linha editorial; por ter tido uma Redação coesa em torno do firme propósito de noticiar o que era notícia, custasse o que custasse; por ter defendido o direito de externarem seus pontos de vista os que pensavam diferentemente de nós, estamos à vontade para dizer que só os que recebem o patrocínio de um banco oficial para realizar um congresso, em que se insulta a intenção democratizante do governo federal, podem produzir documento como esse que comentamos. Ele é uma sugestão à Constituinte; como proposta, esperamos tenha o destino que sandices desse teor merecem, isto é, o "Arquive-se" de praxe.